TEMAS TRANSVERSAIS NO CONTEXTO DA ESCOLA: O CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

CROSS-CUTTING ISSUES IN THE CONTEXT OF SCHOOL: THE COURSE AND GENDER DIVERSITY IN SCHOOL

Juliana de Jesus Santos[1]
Carmem Lúcia Costa[2]

RESUMO:
O presente artigo é produto de estudos realizados durante o trabalho no grupo de estudos e pesquisas Dialogus e na participação no curso de formação continuada de professores - Gênero e Diversidade na Escola (GDE) - que foi ministrado como extensão pela UFG/Campus Catalão em 2009 e 2010. O curso foi oferecido na modalidade à distância para professores do ensino fundamental e médio com o objetivo de fornecer elementos para o trabalho com os temas transversais propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente gênero, relações étnico-racial, orientação sexual e diversidade cultural. Como metodologia, foram analisados todos os fóruns de

[1] Especialista em Educação Especial e Processos Inclusivos pela Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão e Mestranda em Geografia pela mesma instituição. Email: juliana.jjs@gmail.com

[2] Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1992) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1998). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade/ urbano, cidades/ festas, gênero/ educação, gênero e movimentos sociais e gênero/ geografia/ensino. Membro do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG/Campus Catalão. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Trabalho e Cultura e do grupo GETeM - Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais. Email: clcgeo@hotmail.com

discussão ministrados durante o curso. Os resultados encontrados através dos depoimentos das professoras cursistas indicam que existe exclusão no trato da discussão dos temas transversais. Tal isenção abrange todas as dimensões, ou seja, tanto no contexto social como no ambiente escolar.
Palavras-chave: Temas Transversais. Formação Continuada. GDE.

ABSTRACT:
This article is a product of studies while working on group studies and research Dialogus and participation in ongoing continuing education of teachers - Gender and Diversity in School (GDE) - which was given as an extension by UFG / Catalan Campus in 2009 and 2010. The course was offered in distance mode for teachers of elementary and high school with the goal of providing elements to work with cross-cutting themes proposed by the Law of Guidelines and Bases of Education and the National Curriculum, specifically gender, ethno-racial , sexual orientation and cultural diversity. As methodology, we analyzed all discussion forums taught during the course. The results obtained through depositions d a s a s teacher teacher students indicate that there is exclusion in dealing with cross-cutting themes of discussion. This exemption covers all dimensions, ie, both the social context and in the school environment.
Keywords: Cross-cutting Themes. Continuing Education. GDE.

INTRODUÇÃO

(Re)pensar a prática escolar cotidiana têm-se tornado um ponto central na discussão sobre o direito à Educação. Compreendemos que para a efetivação e atuação de professoras críticos, pesquisadoras e produtoras de conhecimento precisamos de elementos que contribuem para uma experiência concreta de luta das edificações de concepções emancipatórias. Assim, a necessidade da desconstrução do preconceito e da desigualdade, projeto do direito ao espaço, requer um trabalho centrado no debate teórico e no compromisso social do educador.

Várias reformas educacionais tem marcado o contexto da educação no país. Essas estão intimamente atreladas a um mundo que exige dos profissionais

professoras uma formação respaldada nas inúmeras transformações sociais e em todos os setores da vida humana. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) pensada para essa nova realidade educacional vem reafirmar a necessidade da permanente formação para o seu aprimoramento profissional. Somando-se a essa articulação de reformas temos também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que trata especificamente do conjunto de conhecimentos entendidos enquanto relevantes para a formação cidadã dos alunos de todos os níveis escolares.

Temas como cultura, raça, etnia, gênero, educação ambiental, diversidade, sexualidade, dentre outros, estão à margem das discussões que se tem realizado no espaço da escola. Assim entendido, percebemos que as dificuldades se acentuam em várias perspectivas, ou seja, desde problemas com a formação, como já havíamos sucintamente destacado, passando pela incompreensão da proposta dos Pcn's até a questão de condições didático-pedagógicas que possibilitem o trabalho com tais temáticas.

É na reflexão dessa realidade que procuramos direcionar a discussão do artigo. Para subsidiar esse breve diálogo nos respaldamos nos estudos realizados durante o trabalho no grupo de estudos e pesquisas Dialogus e na participação do curso de formação continuada de professores - Gênero e Diversidade na Escola[3] (GDE), que foi ministrado como extensão pela UFG/ Campus Catalão em 2009 e 2010. Concretizado na modalidade à distância para professoras do ensino fundamental e médio teve por objetivo fornecer elementos para o trabalho com os temas transversais propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente cultura, diversidade, gênero, sexualidade e relações étnico-raciais.

A participação no curso GDE, bem como um olhar geográfico proporcionado pela área de formação e atuação levantou algumas questões que apresentamos neste texto. Entendemos que antes de entrar na especificidade dos temas transversais seria necessário, primeiramente, tratarmos de maneira muito tranquila

[3] Este curso é uma política do Ministério da Educação, Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Universidade Aberta do Brasil, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Educação à Distância, Secretaria de Políticas para Mulheres e Centro Latino-Americano de estudos em Sexualidade e Direitos Humanos. Este curso é ofertado em parceria com Universidades públicas, no nosso caso a Universidade Federal de Goiás- Campus Catalão.

sobre a questão da formação profissional continuada de docentes, tendo em vista que para o trabalho com tais temas professoras deverão estar preparados para tal atividade. Em seguida, sob as contribuições da Geografia enquanto ciência parcelar, procuramos abranger o trabalho com os temas transversais.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS E OS DESAFIOS COLOCADOS PELAS NOVAS TEMÁTICAS DE ENSINO: CONHECENDO UM POUCO DO CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

A formação continuada apresenta-se como um tema marcado pela contradição. Por um lado, pesquisadores apontam a necessidade da formação continuada para uma melhoria na educação brasileira; por outro, pesquisadoras argumentam sobre a perversidade do mercado de trabalho que obriga o trabalhador a estar sempre em formação, mas sem a garantia da entrada no mercado de trabalho ou mesmo a permanência nele. As condições de trabalho cada vez mais precarizadas obrigam o/a professar a assumir uma carga horária que compromete a formação continuada, bem como a falta de gratificações para cursos realizados – como os de extensão, por exemplo – e a não destinação de um tempo dentro de sua carga horária que possa ser dedicado à qualificação profissional. Como afirma Giroux (2003, p.12) "o clima político e ideológico não parece favorável para os professores no momento", há uma desvalorização da profissão, ou uma não intelectualização do trabalho docente, desconsiderando as especificidades desta carreira.

Desde meados do século XX vivenciamos transformações no mundo do trabalho cuja principal característica é a necessidade da adaptação dos trabalhadores às novas exigências da reestruturação produtiva que vai do fordismo à acumulação flexível. Se no fordismo era exigido do trabalhador o domínio de apenas parte do processo produtivo, com uma formação básica e parcelar, na acumulação flexível o trabalhador precisa dominar várias etapas do processo produtivo, quando não todas. Esta nova organização das relações de produção e trabalho tem a formação continuada e ampliada como uma grande aliada.

A formação continuada passa a ser uma necessidade do capital que necessita cada vez mais de trabalhadores flexíveis, capazes de realizar tarefas múl-

tiplas e em vários setores da linha de produção. Cada vez mais o trabalhador precisa ser polivalente. Dentro desta perspectiva o governo elabora políticas de formação continuada para professores da rede pública de ensino, planejadas para auxiliar o docente no trabalho em sala de aula, como o curso Gênero e Diversidade na Escola que tem como objetivo levar ao professor material didático que auxilie no trabalho com os temas transversais gênero, etnia e diversidade. O curso foi elaborado pela Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres e Centro Latino Americano de estudos em sexualidade e direitos humanos – CLAM.

O curso é ofertado em parceria com Universidades públicas em todo o país como curso de extensão com carga horária de 300 horas na modalidade à distância numa parceria com a Universidade Aberta do Brasil. O material é impresso e em cd room onde são disponibilizados textos e pequenos vídeos que apresentam situações ligadas às temáticas em sala de aula. Todo o material é disponibilizado em um ambiente virtual de aprendizagem, possibilitando ao professor realizar as atividades em sua casa com a mediação da equipe de professoras e orientadoras do curso. No curso em que trabalhamos foram ofertadas 320 vagas em 7 polos no estado de Goiás e atendeu professores do ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares.

Além de trabalhar temas "novos" em cursos de formação, enfrentamos também o desafio de trabalhar com a modalidade à distância e com o uso de uma nova ferramenta de ensino-aprendizagem numa relação mediada pela técnica. A necessidade do trabalho com novas metodologias foi um aprendizado para a equipe do curso e também para os professores que o cursaram corroborando para uma aproximação com as novas tecnologias usadas na educação. Muitos são os problemas com esta modalidade de ensino e ainda são recentes os estudos nesta área, mas esta análise será feita em outra oportunidade, focando neste momento, a partir desta experiência, contribuições para o trabalho com os temas transversais no ensino de Geografia.

Contemporaneamente amplia-se a necessidade do trabalho com os temas transversais. Assuntos referentes à questão de gênero, diversidade cultural, etnia, etc., devem ser abordados em todas as disciplinas de maneira transversal, edificando-se enquanto desafio

para todas professores/as. Na Geografia, a necessidade de construir o direito ao espaço para todas requer um trabalho de superação das desigualdades de gênero, raça, orientação sexual, de religião entre outras tantas.

TEMAS TRANSVERSAIS E ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA COMBINAÇÃO NECESSÁRIA

Até a década de 1970, no Brasil, a Geografia era ensinada nas escolas de acordo com o pensamento tradicional. Embora muito importantes, as metodologias utilizadas para trabalhar a Geografia Tradicional eram consideradas como únicas, cerceando o debate e o avanço crítico dos professores e alunos. Assim posto, tornou-se indispensável à redefinição do ensino de Geografia, principalmente a partir da segunda metade do século XX (CALLAI, 1999).

A partir desse momento, o ensino de Geografia tem passado por significativas inovações em seus currículos e programas. Pesquisadores da área têm buscado introduzir no ensino básico as renovações teórico-metodológicas sofridas pela ciência geográfica nos últimos anos. Caberia a Geografia a construção de um ensino voltado para a percepção crítica por parte do aluno em relação à sociedade na qual se coloca. Baseado nessas considerações vê-se que a Geografia escolar deve permitir que o aluno se sinta participante do espaço em que está inserido, onde os fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens em seu processo de desenvolvimento. A sala de aula deve constituir-se em um ambiente de inúmeras possibilidades de acesso às novas aprendizagens com as quais alunos e professores possam interagir e aprender a cada dia.

Assim, a incorporação de novos temas/problemas na ciência geográfica tornou-se uma necessidade e, atualmente é fato concreto, ocorrendo de maneira constante nessa ciência. Diante de tal constatação surge a necessidade de (re)pensar se a forma como o ensino de Geografia vem sendo trabalhado em sala de aula condiz com a realidade dos alunos, de modo a proporcionar ao educando uma maior autonomia para inserir-se numa sociedade cada vez mais globalizada e que exige posturas críticas frente aos diversos desafios colocados.

De acordo com Santos (1996, p.272) "[...] a ordem global busca impor, a todos o lugares, uma única racionalidade. Os lugares respondem ao Mundo segundo os

diversos modos de sua própria racionalidade". Pensar a sociedade como um todo é pensar geograficamente, cada lugar possui sua própria racionalidade. Para tanto, a discussão sobre temas como gênero, cultura, relações étnico-raciais, diversidade, desigualdade, dentre outros, torna-se de extrema importância, pois oferece possibilidades aos professores/as de Geografia na perspectiva de melhor compreender o quadro de complexidade que se instalara no cotidiano escolar.

Diante da tarefa de ensinar sobre essa leitura de mundo, precisamos ter claro que o espaço escolar é um local onde a formação de alunos pode resultar em uma construção prática e teórica. Tal formação pode levar a superação de atitudes passivas diante da realidade, transformando-as em ativas no exercício de cidadania, baseadas no coletivo, na indignação ética, no comprometimento conjunto de se fazer surgir um viver democrático, uma sociedade plural, onde o respeito aos diferentes grupos que a constitui sejam valores maiores a ser efetivamente vivenciado. Essa nova visão de ensino compreende a apreensão de uma cultura diferenciada em que o educador se perceba, bem como perceba o aluno e os demais integrantes do trabalho escolar, como sujeitos de direitos e deveres, e veja a escola como espaço de exercício permanente de construção coletiva da cidadania.

Segundo Freire (1996, p.28), "aprender é construir, reconstruir, constatar para mudar a realidade que está posta. Esse processo só pode se dar a partir do momento em que o educando apreende a realidade". Efetiva-se o desafio de pensarmos em ações humanizadoras de ensino que contribuam significativamente para a qualidade do sistema educacional. Nesse sentido, deveremos repensar e reformular as práticas escolares, sobretudo no que diz respeito à abordagem de temas voltado para a singularidade da realidade onde o aluno está inserido.

A reflexão destas questões torna-se mais amplas quando as associamos aos objetivos que foram apresentados no curso de capacitação de professores Gênero e Diversidade na Escola, tendo em vista que o mesmo propõe a tarefa de enfrentamento a temáticas pouco discutidas em sala de aula e que possuem relação íntima com o vivido da comunidade escolar como um todo. Dentre as várias temáticas abordadas, selecionamos a "cultura" para exemplificar a articulação que pode ser feita entre o conceito trabalhado no curso e a ciência geográfica.

O conceito de cultura, etimologicamente falando, é derivado do de natureza. A raiz latina da palavra cultura é colere, e um de seus significados originais é *"lavoura"* ou *"cultivo agrícola",* o cultivo do que cresce. Tendo em vista que cultura originalmente possui esses significados, ela sugere tanto regulação como crescimento espontâneo, assim, percebe-se que é algo socialmente construído e, por esse motivo, pode ser transformada, se tornando dinâmica (EAGLETON, 2005, p.87). À medida que as relações entre os homens mudam em seu processo de desenvolvimento, mudam as relações nas sociedades, as marcas deixadas no espaço são perceptíveis, cumulativas, reflexo histórico da cultura que o construiu. Ao pensarmos no conceito cultura na perspectiva geográfica, podemos então refletir a respeito de diversas situações do contexto social. Exemplificando, pensemos na realidade do agricultor. Esse, ao mesmo tempo em que pisa na terra para plantar, também planta saberes e fazeres em sua própria cabeça e no seu corpo. O que nos faz refletir que cada um de nós pensa a partir do chão em que pisamos. Por isto afirma-se existirem tantas culturas quantos forem os modos de vida dos grupos sociais. Assim entendido, cultura é o mesmo que conhecimento compartilhado, modos de viver, instrumento mediador entre seres humanos e natureza, sistema de valores e de criações de um povo ou de grupos sociais.

A diversidade cultural tem acompanhado a própria história da humanidade. Na ciência geográfica tem-se realizado muitas discussões na especificidade da fenomenologia existencialista, abordando as questões culturais e simbólicas como alicerce dessas discussões. Um dos temas que se têm discutido muito nessa perspectiva é relação cidade x campo. Paul Claval (2001) em sua obra denominada "Geografia Cultural", afirma que a cultura representa um importante componente das relações sócio-espaciais, pois, segundo o autor, os lugares não possuem somente uma forma, uma cor, uma racionalidade funcional e econômica, mas estão carregados de sentido para aqueles que o habitam e o frequentam.

Percebemos, por exemplo, que nas áreas rurais, persistem alguns elementos de coesão social que se diferenciam da cidade em alguns aspectos, como: a homogeneidade cultural, a tradição comum, as relações de parentesco e vizinhança (não mais mantidas de forma sólida na complexidade da cidade), a religiosidade, as práticas de solidariedade que se traduzem

em ações cotidianas que dão sustentação ao seu modo de vida, bem como a relação com a terra como algo sagrado, pois ela representa a garantia de sobrevivência. Verifica-se que tanto na cidade como no campo a ação de homens e mulheres se encontra carregadas de significados, de diferentes valores culturais.

A diversidade das manifestações culturais se estende no tempo, como também no espaço. Se olharmos com cautela para os diferentes continentes, veremos que existirão variados costumes que para nós se manifestarão como curiosos e alguns até bizarros. Do mesmo modo que os povos se expressam por diferentes línguas, eles também se manifestam das formas mais variadas os seus valores e culturas. Um exemplo claro e até mesmo simplista que podemos pensar é o nascimento de uma criança. Este será comemorado de forma diversificada se estivermos no Brasil, na Suécia ou na África. Percebemos que se trata do mesmo acontecimento: o nascimento - contudo, compreendamos que culturas diferentes atribuem significados que também são diferentes, que se tornam evidentes por meio de suas manifestações.

Outra possibilidade que nos permite trabalhar o conceito de cultura nas aulas de Geografia refere-se a analisar a diversidade sociocultural pela perspectiva de um fenômeno que não se pode negar e, quando há essa negação não permitirá aos sujeitos sociais uma leitura de totalidade necessária ao atual contexto global e ainda contribuirá para a reafirmação de tabus, preconceitos e conflitos sociais. Sobre essa chamada "diversidade sociocultural", Laraia (2000) aponta uma crise cultural que se instalara devido às transformações que ocorreram e que ainda ocorrem no cenário mundial devido aos diversos fatores de globalização. O autor se refere muito à questão de tendências conservadoras e inovadoras, no sentido de que as tendências conservadoras apontam para hábitos inalterados, enquanto a segunda possibilita a utilização de novos elementos culturais.

A exemplo dessa "crise cultural" apontada por Laraia (2000) podemos pensar em nossas aulas na relação igreja x mundo contemporâneo - caracterizado pela emancipação de ações, posturas e comportamentos em relação à igreja. Nesse sentido, podemos propor aos nossos alunos/as uma reflexão a cerca dessas transformações culturais que acabam por gerar conflitos por alguns agentes sociais e comportamentos preconceituosos. Nesse processo dinâmico da globa-

lização fica claro que a cultura recebe determinadas interferências, não sendo mais algo considerado cristalizado. Isso significa pensarmos que, enquanto ser cultural e dialético reage o que é imposto. Aceitam certas concepções e abandonam outras, construindo novos valores e maneiras diferenciadas de viver.

Fundamentado nessa perspectiva podemos pensar com nossos alunos a possibilidade da cultura ser usada como instrumento de poder, pois lembremos que na Geografia, desde os primeiros estudos sistematizados, o tema da cultura perpassa o debate. Ratzel e La Blache travam embates ainda no século XVIII, sendo a cultura tema utilizado para justificar a necessidade de expansão colonialista. Expansão é expansão de cultura desde os primeiros impérios da História, pois a melhor forma de dominar é impor a sua cultura e o seu modo de vida ao outro, alienando-o da própria vida.

Como se pode perceber, em diferentes partes do território existe uma ampla diversidade cultural que consiste nos modos de vida, nos saberes e fazeres de determinada sociedade, o que nos leva a compreender que não só os aspectos intelectuais compõem uma cultura, bem como uma gama de relações entre indivíduos - natureza e indivíduo – indivíduo. Nesse sentido, as diferenças são frutos não apenas de desigualdades sociais, mas, de formas variadas de valores culturais. Uma questão que deve ser transmitida com cautela nas aulas de Geografia é quando nos referimos à cultura como sinônimo de tradição, pois a cultura não se resume as verdades absolutas, sagradas e enrijecidas, mas sim, um processo dialógico entre o velho e o novo, se interagindo.

Em cada período de sua temporalidade, o espírito ou razão engendra uma cultura determinada, que exprime o estágio de desenvolvimento espiritual ou racional da humanidade, onde cada território exprime-se com uma cultura própria e ultrapassada pelas seguintes num processo contínuo, porém dialético, de acordo com a realidade. Podemos assim, mediar as reflexões de nossos/as alunos/as a chegarem à conclusão que existem inúmeras possibilidades de se trabalhar com o conceito de cultura na perspectiva geográfica e, principalmente, clarear o entendimento de que é impossível que um indivíduo não tenha cultura, afinal, ninguém nasce e permanece fora de um contexto social, seja ele qual for.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate que se tem na literatura acadêmica sobre a formação continuada de professores não é algo recente, constando algumas reflexões já há trinta anos, fazendo parte das preocupações centrais no campo da educação. Azevedo (1997) aponta que a formação continuada de professores aparece como uma questão socialmente problematizada, ou seja, "sob variados ângulos e critérios e que conta inclusive, com um amplo movimento de discussão e reflexão institucionalizada sobre o campo denominado Formação de Professores" (AZEVEDO, 1997, p.29)

Como se pode perceber, a formação continuada institucionalizada[4] de professores no Brasil, especificamente, possui uma trajetória que vem se solidificando através de distintas abordagens metodológicas, uma vez que as visões de sociedade e educação correspondem a momentos políticos e visões culturais distintos. Diversas nomenclaturas foram então surgindo para denominar o que contemporaneamente compreendemos enquanto formação continuada, entre elas verifica-se: "treinamento", "reciclagem", "aperfeiçoamento", "capacitação", dentre tantas outras.

Várias foram às críticas com relação a tais nomenclaturas. Para Marin (1995, p.03)

> [...] 1) o termo reciclagem revela implicações derivadas do sentido descartável atribuído à atualização dos conhecimentos, com opção para cursos rápidos, descontextualizados e superficiais; 2) o treinamento voltasse para a modelagem de comportamentos, embora a metáfora dos moldes (algo prefixado) seja incompatível com a atividade educacional; 3) o aperfeiçoamento pode significar tornar capaz, habilitar ou convencer, persuadir, combinando o primeiro significado com a ideia de educação continuada, rompendo, inclusive, com a ideia de vocação nata para o magistério, mas o segundo, não; e 4) a educação permanente e a formação continuada são tomadas como componentes de um conjunto de ações caracterizadas pela valorização do conhecimento docente e pela proposição de dinâmicas institucionais. (MARIN, 1995, p.03)

[4] Entendemos que a formação contínua ocorre a todo o momento no decorrer de nossa trajetória pessoal e profissional, ou seja, estamos nos munindo de novos conhecimentos todos os dias de nossas vidas: formação humana. Porém, somente a formação contínua institucionalizada é reconhecida como devidamente válida.

Tais nomenclaturas surgiram principalmente na década de 1990 resultantes de tendências e correntes conceituais, como, por exemplo, a tendência liberal conservadora e a crítico-reflexiva. A tendência liberal conservadora "está fundamentada na existência de um vazio deixado pela formação inicial que deve ser preenchido" (LIMA, 2002, p.39)

Nessa tendência, o/a professor/a é visto como agente passivo no seu processo de formação, ou seja, apenas exerce a função de tarefeiro. O planejamento, coordenação e o pensar educação compete a especialistas capacitados, ficando bem clara a distinção entre formadores e professores em formação. (ALMEIDA, 2002) Em contrapartida, a tendência crítico-reflexiva considera relevante à apropriação dos saberes trazidos pelos professores. Nessa perspectiva, professores/as exercitam com êxito a autonomia, uma vez que utilizam os saberes resultantes de sua prática escolar cotidiana, sendo a experiência ponto de reflexão sobre sua prática.

O processo de reestruturação nos possibilita pensar na formação continuada não apenas como uma mera questão de nomenclaturas, pois traz consigo "significado epistemológico que tem se materializado nas práticas formativas instituídas, nos modelos incorporados pelas agências co-rresponsáveis pela formação continuada dos professores no Brasil" (MARIN, 1995, p.03) e, acrescentamos, a verticalização de sua forma, ou seja, instituída de cima para baixo, sem a possibilidade de uma horizontalidade que permita participação efetiva dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Acreditamos, porém, numa formação continuada que contribua para a melhoria da prática docente. Embora sejam muitos os desafios a serem superados para que o docente consiga ter uma formação de qualidade e as condições materiais necessárias para continuar se aperfeiçoando, entendemos que é importante a luta pela formação continuada como um direito e não apenas como um dever do professor.

Entender a formação continuada como um direito é criar condições para que novas temáticas sejam trabalhadas nos cursos de formação de professores, que a Universidade promova uma maior integração entre os estudos aí desenvolvidos e a prática cotidiana docente na escola, é oferecer melhores salários e carga horária menor para que o professor tenha condições de melhor preparar suas aulas e se aperfeiçoar. Uma política salarial que valorize o professor como intelectual

é fundamental para conseguirmos mudar a realidade no sistema educacional brasileiro.

Ao trabalharmos com o curso Gênero e Diversidade na Escola observamos que são grandes as demandas dos docentes que convivem cotidianamente com as novas temáticas, mas ainda enfrentam problemas de formação para o trabalho com estas temáticas e com a interdisciplinaridade ou com a transdisciplinaridade. Embora cursos de formação continuada como o GDE se difundam pelo país ainda são grandes as ausências de um poder que cobra através de leis, mas que não dá suporte para o desenvolvimento do trabalho, colocando, muitas vezes, a culpa pelo fracasso no professor.

No caso da ciência geográfica, observamos que os temas transversais são de grande importância para a leitura do espaço e que nas aulas de Geografia tem um fértil campo para o debate com temas como gênero, etnia, sexualidade, diversidade. A formação de uma cidadania plena passa pela compreensão e aceitação das diversidades, pela análise que estas têm na reprodução do espaço e na busca de uma sociedade menos excludente.

REFÊRENCIAS:

ALMEIDA, Ediana Rodrigues de S. *A formação dos professores das classes especiais para o uso do computador na sala de aula*. 2003, 120f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

AZEVEDO, J. M. L. de. *A educação como política pública.* São Paulo: Cortez, 1997.

CALLAI, H. C. A Geografia no Ensino Médio. In: *Revista Terra Livre*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n 14, p.56-89, 1999.

CLAVAL, Paul. *Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia***:** saberes necessários a prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra,1996.

GIROUX, H. A. Professores como intelectuais transformadores. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo: n.30, p. 157-164, novembro 2003 - Mensal.

HYPOLITTO, D. Formação continuada: análise de termos. In: *Revista Integração*: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo: v.6, n.21, p. 101-103, maio 2000. Disponível em: http:// www.bve.inep.gov.br/. Acesso em: julho de 2010.

LARAIA, R. de B. *Como opera a Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LIMA, F. A. *Formação continuada***:** as representações sociais dos professores das escolas públicas municipais de João Pessoa– PB. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

MARIN, A. J. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 36,p. 13-20, 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

Artigo recebido em 11 de setembro de 2011
e aceito em 30 de novembro de 2011